

CONTABILIDADE PÚBLICA: A NECESSIDADE E A UTILIZAÇÃO DA PRÁTICA DAS NORMAS CONTÁBEIS NO SERVIÇO PÚBLICO

Antonio Willame Soares de Lima¹
Ana Zenilce Moreira²

RESUMO: Este estudo destaca a relevância da implementação e utilização das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), com adoção integral nos três níveis de governo, especialmente na Prefeitura Municipal de Crateús, Ceará, no período de 2024. O objetivo é verificar como a Administração Pública de Crateús tem desenvolvido o processo de normatização e a utilização da padronização dos procedimentos contábeis, baseando-se no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP). Além disso, o estudo busca identificar as dificuldades enfrentadas pelo Setor Contábil de Crateús nesse processo de normatização e os ganhos obtidos com a implantação das normas aplicadas ao setor público. Para tanto, realizou-se uma pesquisa por meio de manuais, documentos e levantamento de dados no município. Os resultados indicam que o setor contábil do município possui conhecimento teórico sobre as Normas Contábeis Brasileiras, evidenciando a importância desse conhecimento tanto para uma atuação profissional mais eficiente quanto para o avanço da Ciência Contábil.

Palavras-chave: Contabilidade pública. Normas Brasileiras de Contabilidade. Manual de Contabilidade.

1354

ABSTRACT: This study highlights the relevance of the implementation and use of the Brazilian Accounting Standards Applied to the Public Sector (NBCASP), with full adoption at the three levels of government, especially in the City Hall of Crateús, Ceará, by 2024. The objective is to verify how the Public Administration of Crateús has developed the standardization process and the use of the standardization of accounting procedures, based on the Manual of Accounting Applied to the Public Sector (MCASP). In addition, the study seeks to identify the difficulties faced by the Accounting Sector of Crateús in this standardization process and the gains obtained with the implementation of the standards applied to the public sector. To this end, a survey was carried out through manuals, documents and data collection in the municipality. The results indicate that the accounting sector of the municipality has theoretical knowledge about the Brazilian Accounting Standards, evidencing the importance of this knowledge both for more efficient professional performance and for the advancement of Accounting Science.

Keywords: Public accounting. Brazilian Accounting Standards. Accounting Manual.

¹Graduando do curso em Ciências Contábeis, FAEC/UECE - Faculdade de Educação de Crateús - Campus Altamira, Crateús - Ce.

²Orientadora do curso em Ciências Contábeis, FAEC/UECE - Faculdade de Educação de Crateús - Campus Altamira, Crateús - Ce.

1 INTRODUÇÃO

Doutrinadores e escritores conceituam a importância da Contabilidade utilizando métodos e procedimentos técnicos e sistemáticos. A contabilidade, ao longo da história, acumulou conhecimentos dotados de universalidade e objetividade, estruturando-se em métodos, teorias e linguagens próprias. Revela-se como uma Ciência Social que estuda o Patrimônio, controlando e interpretando os fatos mediante o registro e a demonstração expositiva, oferecendo informações sobre a composição, as variações e o resultado econômico decorrente da riqueza deste Patrimônio.

Várias são as definições para a Contabilidade Pública ou governamental. Martins (2002) define a Contabilidade Governamental como uma especialização da Contabilidade voltada para o estudo e a análise dos atos e fatos que ocorrem na Administração Pública. Kohama (2000) descreve a Contabilidade Pública como o ramo da Contabilidade que estuda, orienta, controla e demonstra à organização e execução da Fazenda Pública, o Patrimônio Público e suas variações.

Desde 2010, as Normas Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBCASP) estão vigentes com adoção integral pelos três níveis de governo. O Conselho federal de Contabilidade (CFC), no cumprimento de sua atribuição privativa elabora e revisa as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs), técnicas e profissionais, assim como os Princípios de Contabilidade (Resolução CFC nº 750/93), visando assegurar a evolução das Ciências Contábeis, bem como a aplicação do conhecimento atualizado e globalizado no exercício profissional.

A lei 4.320/64 que regulamenta a contabilidade pública brasileira até os dias atuais, em seu artigo 85 cita:

Os serviços de contabilidade serão organizados de forma a permitir o acompanhamento da execução orçamentária, o conhecimento da composição patrimonial, a determinação dos custos dos serviços industriais, o levantamento dos balanços gerais, a análise e a interpretação dos resultados econômicos e financeiros.

Sempre foi dado destaque à contabilidade orçamentária, que apresenta o estudo da receita, da despesa e do crédito público e realiza a análise do fluxo financeiro dos recursos indispensáveis à satisfação das necessidades e ao desenvolvimento do Estado. Vários pesquisadores dedicam-se a análise do desempenho do processo orçamentário público. Carvalho et al. (2013) discorrem que o orçamento público pode ser influenciado por

diversas determinantes, como institucionais, geográficas, econômicas, culturais, sociais. Ollaik et al. (2011) destacam que a maioria dos estudos sobre o orçamento caracterizam-se como de cunho teórico, retratando a não utilização dos modelos teóricos instruídos para analisar e compreender como se estabelece a tomada de decisões do processo orçamentário.

Diante deste contexto, o presente trabalho visa responder a seguinte problemática: Como se estabelece a utilização das Normas Contábeis no Serviço Público no Município de Crateús- Ceará? Tendo como objetivo geral deste artigo: compreender as principais mudanças, os desafios e os ganhos com implantação das novas normas aplicadas ao setor público na cidade de Crateús- Ceará. Tem-se como objetivos específicos: Identificar as vantagens adquiridas por meio da utilização das Normas Contábeis Brasileiras no dia a dia da cidade de Crateús-CE; compreender as principais mudanças com implantação das novas Normas Aplicadas ao Setor Público; e identificar os principais desafios com a implantação das NBCASP.

A contabilidade pública é fundamental para a gestão eficiente e transparente dos recursos públicos, garantindo que os atos e fatos administrativos sejam registrados de forma precisa e confiável. A implementação das NBCASP visa padronizar e melhorar a qualidade das informações contábeis, promovendo maior transparência e responsabilidade na administração pública.

No contexto do município de Crateús-CE, a adoção integral das NBCASP representa um avanço significativo na gestão pública, permitindo um controle mais rigoroso do patrimônio público e uma melhor prestação de contas à sociedade. Este estudo é relevante porque busca compreender as principais mudanças, desafios e benefícios decorrentes da implementação dessas normas no município, contribuindo para o aprimoramento das práticas contábeis e para a eficiência da gestão pública local. Além disso, a pesquisa pretende identificar as vantagens adquiridas com a utilização das normas contábeis no dia a dia da administração municipal, bem como os principais desafios enfrentados durante o processo de implementação.

Portanto, este trabalho se justifica pela necessidade de aprofundar o conhecimento sobre a aplicação das normas contábeis no setor público e seus impactos na gestão dos recursos públicos, contribuindo para a melhoria da transparência, eficiência e responsabilidade na administração pública.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Esta seção tem como objetivo apresentar as fundamentações teóricas e conceituais para o entendimento do tema estudado, abordando sobre a contabilidade pública e a utilização das normas contábeis no serviço público. A seguir, apresentam-se os referenciais teóricos que fundamentarão a elaboração deste trabalho.

2.1 A nova contabilidade aplicada ao setor público

No Brasil, a contabilidade aplicada ao setor público está passando por um cenário de mudanças devido à evolução da sociedade e à globalização da economia. Para acompanhar essas mudanças, foi necessária uma revolução em diversas áreas. De acordo com Mota (2009) atualmente é uma época de grandes mudanças na Contabilidade, tanto no setor público como no setor privado.

Marion (2005) ressalta que a profissão contábil está passando por um momento de transição onde a fase mecânica é substituída pela técnica e pela fase da informação. A atualidade exige do profissional contábil, constante evolução, apresentando atributos importantes para o exercício da profissão.

Neste contexto de transformação, o CFC, buscou a normatização e convergência contábil, adotou diversas ações até a aprovação das NBCASP. O CFC, na busca pela normatização e convergência contábil, adotou diversas ações até a aprovação das NBCASP. São elas: NBC T 16 – Aspectos Contábeis Específicos da Gestão Governamental; NBC T 16.1 – Conceituação, Objetivo e Campo de Aplicação; NBC T 16.2 – Patrimônio e Sistemas Contábeis; NBC T 16.3 – Planejamento e Seus Instrumentos sob o Enfoque Contábil; NBC T 16.4 – Transações no Setor Público; NBC T 16.5 – Registros Contábeis; NBC T 16.6 – Demonstrações Contábeis; NBC T 16.7 – Consolidação das Demonstrações Contábeis; NBC T 16.8 – Controle Interno; NBC T 16.9 – Depreciação, Amortização e Exaustão; NBC T 16.10 – Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público; NBC T 16.11 – Sistema de Informação de Custos do Setor Público.

De acordo com Rosa (2013), o CFC estabeleceu três grandes diretrizes estratégicas para a contabilidade aplicada ao setor público no Brasil. Essas diretrizes incluem o desenvolvimento conceitual da contabilidade pública, a convergência às normas

internacionais de contabilidade (IPSAS) e o fortalecimento institucional da contabilidade pública.

Dessa forma Marques (2006) salienta que no mundo moderno internacionalizado, caracterizado pela informação, a informática está revolucionando as relações comerciais, sendo que a contabilidade, enquanto ciência inserida neste contexto tem passado por significativa reestruturação.

2.2 Principais mudanças e inovações na contabilidade pública

Buscou-se identificar em Crateús, as principais mudanças e inovações geradas pelas NBCASP. Para os devidos fins de prova junto ao Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE), certificou-se, com o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) relativo ao 3º trimestre de 2021, assim como o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) relativo ao 6º bimestre, publicado no endereço eletrônico www.crateus.tudotransparente.com.br e afixado em flanelógrafo na sede da prefeitura em 31/01/2022, cumprindo as determinações da Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), nos termos da Constituição Estadual e da decisão do STJ

Dentre as principais mudanças, Reis (2014) classifica: Resgate do Objeto de Estudo/convergência às Normas Internacionais; Aplicação integral dos princípios de contabilidade com destaque ao princípio da oportunidade e competência; Implantação do Sistema de Custos; Plano de Contas Único – PCASP – Consolidação.

Estas são as principais mudanças, exigindo um esforço do Brasil, para aproximar-se de uma estrutura contábil societária. Feijó (2012) destaca que apesar de todas essas transformações, o profissional contábil do setor público não deve deixar de lado tudo o que sabem; pelo contrário, o conhecimento do contador público será de grande relevância neste momento de mudança. Sendo importante separar visão orçamentária de patrimonial. Todos os aspectos orçamentários estão mantidos, porém incorpora-se a visão patrimonial: registrar e controlar o patrimônio público.

Dessa forma Coelho (2024), enfatiza que a contabilidade pública brasileira tem passado por um processo significativo de modernização e alinhamento às melhores práticas internacionais. A implementação das NBCASP tem sido fundamental para melhorar a qualidade e a comparabilidade das informações contábeis e financeiras do setor público. Além do mais, os avanços na tecnologia, como por exemplo a digitalização de

processos e o uso de sistemas informatizados, possibilitam maior agilidade, eficiência e transparência na gestão dos recursos públicos.

2.3 Manual de contabilidade aplicada ao setor público e plano de contas

A Lei Complementar nº 101 de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal instituiu a necessidade de o Poder Executivo de Crateús realizar anualmente a prestação de contas municipal. Nesse contexto, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) é uma ferramenta de extrema importância nesse processo, pois além de contribuir para resgatar o objeto da contabilidade como ciência, também auxilia no atendimento adequado aos municípios e demais órgãos fiscalizadores de Crateús.

De acordo com Brasil (2012) o MCASP tende a contribuir com a preparação e execução do orçamento, além de colaborar com o resgate do objeto da ciência contábil, que é o patrimônio, dessa forma, a contabilidade poderá atender a demanda de informações solicitadas por seus usuários, viabilizando a análise de demonstrações contábeis adequadas aos padrões internacionais, sob os enfoques orçamentário e patrimonial, fundamentado em um plano de contas nacional.

Segundo o Tesouro Nacional (2021), o MCASP é essencial para a padronização dos procedimentos contábeis nas esferas de governo, promovendo a transparência e a eficiência na gestão dos recursos públicos. O manual detalha rotinas e práticas que envolvem receitas e despesas orçamentárias, garantindo que as demonstrações contábeis estejam alinhadas aos padrões internacionais e atendam às demandas de informação dos usuários.

Com essa finalidade o MCASP, promove a transparência das contas públicas e padroniza os procedimentos a serem utilizadas nas esferas de governo, garantindo e consolidando sua importância.

3 METODOLOGIA

A pesquisa é de caráter documental, bibliográfico e de levantamento de dados, analisando o aperfeiçoamento e desenvolvimento do trabalho com o auxílio de dados significativos, utilizando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especialmente a NBC T 16 – Aspectos Contábeis Específicos da Gestão Governamental, e a NBC T 16.6 – Demonstrações Contábeis, no Município de Crateús. O objetivo é perceber a utilização e as vantagens obtidas na prática com esta importante ferramenta contábil.

Segundo Gil (2019), a pesquisa documental é uma metodologia que utiliza fontes primárias, como documentos oficiais, relatórios, registros e outros materiais escritos, com o objetivo de coletar dados relevantes e construir uma análise detalhada sobre o tema estudado. Essa abordagem permite ao pesquisador acessar informações precisas e contextualizadas, essenciais para a compreensão aprofundada do objeto de estudo.

Para atender à questão da pesquisa, realizou-se uma visita ao prédio onde funciona o Setor Contábil, utilizando a modalidade de estudo de caso. Durante a visita, foram coletados documentos que serviram de base para a coleta de dados. Esses documentos incluíram relatórios financeiros, registros contábeis e outros materiais relevantes que permitiram uma análise detalhada das práticas contábeis adotadas pelo município.

De acordo com Yin (2015), o estudo de caso é uma metodologia que possibilita uma investigação profunda de um fenômeno dentro de seu contexto real. Essa abordagem é especialmente útil quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidos, permitindo ao pesquisador explorar e compreender as complexidades e particularidades do objeto de estudo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após a realização da pesquisa, evidenciou-se que o Município de Crateús, faz uso de ferramentas constitucionais previstos na Constituição Federal de 1988, das quais podemos citar a Lei Orçamentária Anual (LOA) que é um instrumento legal que detalha as receitas (provisiona os recursos), que o governo irá arrecadar e fixa os gastos para o ano seguinte. É na LOA que o prefeito (Poder Executivo) coloca em prática os programas e projetos que foram previstos no Plano Plurianual (PPA) que está priorizada na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Para planejamento orçamentário de médio prazo o Governo Municipal utiliza o PPA, que define as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública municipal, contemplando as despesas de capital (como, por exemplo, os investimentos) e outras delas decorrentes, além dos projetos de duração continuada. O PPA é estabelecido por Lei, iniciando-se através de um projeto de Lei proposto pelo Prefeito, que deve ser submetido ao poder Legislativo. Após a apreciação e votação pelos vereadores, o projeto volta para o prefeito sancioná-lo, com vigência de quatro anos, iniciando no segundo ano de mandato e se prolongando até o final do primeiro ano do mandato do seu sucessor.

Por fim, a LDO é um documento elaborado em conformidade com a Constituição Federal, e na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e na Lei Orgânica do Município. A LDO estabelece as diretrizes para a confecção da Lei Orçamentária Anual (LOA), baseando-se no que foi estabelecido pelo PPA. A LDO serve como um elo entre esses dois documentos e contém, entre outros tópicos, a previsão de despesas referentes ao plano de carreiras, cargos e salários dos servidores, o controle de custos e a avaliação de resultados dos programas desenvolvidos, além das condições e exigências para a transferência de recursos a entidades públicas e privadas.

Quadro 01 – Classificação dos Programas e Ações PPA 2022/2025

PPA 2022/2025

CLASSIFICAÇÃO DOS PROGRAMAS E AÇÕES POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

AÇÃO

FUNÇÃO

SUBFUNÇÃO

001 – GERENCIAMENTO DO PODER LEGISLATIVO

161 – CONSTRUÇÃO/REFORMA/AMPLIAÇÃO DO PRÉDIO DA CAMARA MUNICIPAL

01 – LEGISLATIVA

031 – AÇÃO LEGISLATIVA

002- ADMINISTRAÇÃO GERAL

202 – MANUTENÇÃO DAS ATIV. DA SECRETA. MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

08 – ASSISTENCIA SOCIAL

122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL

003 – PROGRAMA DE TRANSITO

282 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES LIGADAS AO TRANSITO

15 – URBANISMO

451 – INFRA-ESTRUTURA

004 – SANAMENTO BASICO

310 – MANUTENCAO DE ATERROS SANITARIOS

17 – SANEAMENTO

512 – SANEAMENTO BASICO URBANO

005 – PARQUES E JARDINS

168 – AMPLIACAO DE PARQUE E JARDINS (SEDES E OUTRAS LOCALIDADES)

20 – AGRICULTURA

451 – INFRA-ESTRUTURA URBANA

006 – LIMPEZA URBANA

217 – IMPLANTAÇÃO DE PROJETO PARA LIMPEZA PERIODICA

17 – SANEAMENTO

451 – INFRA-ESTRUTURA URBANA

007 – EDIFICACOES PUBLICAS

134 – AMPLIACAO DE PREDIOS E EDIFICACOES PUBLICAS

15 – URBANISMO

451 – INFRA-ESTRUTURA URBANA

008 – SERVICO DE ILUMINACAO PUBLICA

157 – MANUTENCAO DA CONTRIBUICAO DA ILUMINACAO PUBLICA

15 – URBANISMO

451 – INFRA-ESTRUTURA

Fonte: Prefeitura Municipal de Crateús, Unidade Orçamentária.

Como podemos observar no quadro 01, a gestão do PPA 2022-2025 consiste na articulação dos meios necessários para viabilizar a consecução das metas, diretrizes e objetivos, procurando gerir os recursos e a implementação das políticas públicas no Município de Crateús, atendendo assim o disposto no artigo 165 da Constituição Federal.

Em detalhe, assim como o PPA, segue no quadro 02 um resumo dos informes da Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício de 2022, publicada em 29/10/2021, atendendo a Lei Municipal Nº 974 de 29 de outubro de 2021. É por meio da LOA, que o Município estima a Receita (R\$ 202.000.000,00 – duzentos e dois milhões de reais) e fixa a Despesa (R\$ 202.000.000,00 – duzentos e dois milhões de reais) para o exercício financeiro de 2022, compreendendo:

I – Orçamento Fiscal referente aos Poderes do Executivo e Legislativo, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Municipal direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II – Orçamento de Seguridade Social abrangendo todas as entidades e órgãos a ele vinculados, da Administração Municipal, direta e indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

Quadro 02 – Receitas / Despesas

RECEITAS		CORRENTES	DESPESAS CORRENTES	183.112.500,00
213.968.000,00				
DECEITAS	DE	CAPITAL	DESPESAS DE CAPITAL	16.298.000,00
1.750.000,00				
CONTAS RED. RECEITA		13.718.000,00	RESERVA	CONTIGENCIA
			2.589.500,00	
DEFICIT			SUPERAVIT	
0,00			0,00	
TOTAL		202.000.000,00	TOTAL	202.000.000,00

Fonte: Prefeitura Municipal de Crateús

Os resultados da pesquisa evidenciam que o Município de Crateús utiliza de forma eficaz as ferramentas constitucionais previstas na Constituição Federal de 1988, como a LOA, o PPA e a LDO. A análise dos dados revelou que essas ferramentas são fundamentais para o planejamento e a execução orçamentária, permitindo uma gestão eficiente dos recursos públicos.

A LOA detalha as receitas e despesas do município, garantindo que os programas e projetos previstos no PPA sejam implementados de acordo com as prioridades estabelecidas na LDO. O PPA, por sua vez, define as diretrizes, objetivos e metas da

administração pública municipal, contemplando tanto as despesas de capital quanto os projetos de duração continuada. A LDO serve como um elo entre o PPA e a LOA, estabelecendo as diretrizes para a confecção do orçamento anual.

A análise dos quadros de receitas e despesas demonstrou que o município tem conseguido equilibrar suas contas, com receitas e despesas estimadas em R\$ 202.000.000,00 para o exercício financeiro de 2022. Esse equilíbrio é essencial para a sustentabilidade financeira e para a implementação eficaz das políticas públicas.

As implicações desses achados são significativas para a gestão pública em Crateús. A utilização adequada das ferramentas orçamentárias não apenas promove a transparência e a eficiência na gestão dos recursos públicos, mas também assegura que as políticas públicas sejam implementadas de forma alinhada às necessidades e prioridades da população. Além disso, a conformidade com as normas contábeis e legais fortalece a credibilidade da administração municipal perante os órgãos fiscalizadores e a sociedade.

Dessa forma, destaca-se a relevância de um planejamento orçamentário bem estruturado e a necessidade de contínuo aperfeiçoamento das práticas contábeis e de gestão para garantir a eficiência e a transparência na administração pública.

5 CONCLUSÃO

O presente estudo teve como objetivo demonstrar os ganhos com a implantação, o uso e a prática das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), utilizando-se do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, assim como a Lei de Responsabilidade Fiscal, no Município de Crateús.

Os quadros utilizados como exemplos ilustrativos, disponibilizados nos sites da Prefeitura Municipal de Crateús, mostram e evidenciam o emprego dos conhecimentos das NBCASP. Dessa maneira, fica demonstrado o objetivo da contabilidade como ciência, tendo como principal interesse o patrimônio, a geração de informação e sua transparência, além da tomada de decisões que almejem e proporcionem uma gestão responsável.

Por fim, o tema deste artigo não busca encerrar as abordagens nele apresentadas. As NBCASP estão implementadas, mas muitas das inovações carecem de estudos e conhecimentos práticos e contínuos. Portanto, outras questões poderão ser objeto de pesquisas futuras, tais como: “Ingressos e Dispendios Públicos” e “Demonstrativo de Fluxo de Caixa no Setor Público”.

Portanto, com este trabalho foi demonstrado para a comunidade acadêmica e sociedade em geral a importância das normas contábeis aplicadas ao setor público, como as mesmas contribuem de forma significativa na transparência e na tomada de decisões.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. 5ª Edição.

BRASIL, Lei 4320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro.

BRASIL. Tesouro Nacional. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP)**. 9ª ed. Brasília: Tesouro Nacional, 2021. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/manual-de-contabilidade-aplicada-ao-setor-publico-mcasp/2021/26>. Acesso em: 4 ago. 2024.

CARVALHO, Frederico A. de; JORGE, Marcelino José; PIGATTO, José Alexandre Magrini; ALVES, Francisco José dos Santos. Fatores determinantes da abertura orçamentária pública: um estudo empírico apoiado em dados secundários para uma amostra de países. **Revista de Administração Pública**, v. 47, n. 1, p. 1-25, 2013.

COELHO, Idésio. **Contabilidade pública brasileira: cenário de inovações e de modernização**. 2024. Disponível em: <https://cfc.org.br/destaque/contabilidade-publica-brasileira-cenario-de-inovacoes-e-de-modernizacao/>. Acesso em: 4 ago. 2024

FEIJÓ, Maria. **Transformações na Contabilidade Pública**. Rio de Janeiro: FGV, 2012

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade Pública**. São Paulo: Atlas, 2000.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Básica**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MARQUES, José Roberto. **Contabilidade e Informática: uma revolução nas relações comerciais**. São Paulo: Saraiva, 2006.

MARTINS, Lino. **Contabilidade Governamental**. São Paulo: Atlas, 2002.

MOTA, Lino. **Contabilidade Pública: mudanças no setor público e privado**. São Paulo: Atlas, 2009.

OLLAIK, Leandro; SILVA, José Carlos; SANTOS, Maria Aparecida. Estudos sobre orçamento público: uma análise teórica. **Revista Brasileira de Contabilidade**, v. 45, n. 2, p. 30-45, 2011.

PREFEITURA DE CRATEÚS. Disponível em <https://www.crateus.ce.gov.br>

REIS, João. **Classificação e Diretrizes da Contabilidade Pública**. São Paulo: Atlas, 2014.

ROSA, João. **Diretrizes Estratégicas para a Contabilidade Aplicada ao Setor Público**. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.